

Procedimento concursal comum para preenchimento de 3 (três) postos de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de assistente técnico, área de contabilidade, para a Divisão de Planeamento, Gestão, Controlo, Recursos Financeiros e Património do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo da Direção-Geral do Património Cultural.

PROJETO DE LISTA DE CANDIDATOS ADMITIDOS E EXCLUÍDOS

Nos termos do nº 1 do artigo 29º da portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria nº 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público o projeto de lista de candidatos admitidos e excluídos, extraído da ata nº 2, de 25 de outubro de 2016, do júri do procedimento concursal comum identificado em epígrafe, aberto pelo aviso nº 11705/2016, publicado no Diário da República, 2ª. Série, nº 185 de 26 de setembro de 2016.

CANDIDATOS ADMITIDOS		
Nº	NOME	OBSERVAÇÕES
1	Antónia de Jesus Esteves Romão Pinto	a)
2	Catarina Isabel da Costa Filipe Lourenço	a)
3	Elisabete Conceição Santos Couto	a)
4	Eunice Vanda Águas Vieira	a)
5	Gabriel Adriano Banhudo Filipe Lourenço	a)
6	Gonçalo Afonso de Oliveira Corceiro	a)
7	Isabel Maria de Jesus Castelão	a)
8	Luís Miguel Canhoto da Silva	a)
9	Maria Fernanda Marques Camacho	a)
10	Maurício Eduardo Simões Melo	a)
11	Patrícia José Prates Farinha	a)
12	Raquel Pessoa Silva	b)
13	Ricardo José dos Anjos Teixeira de Carvalho	a)
14	Sílvia da Costa Antunes	a)
15	Vânia Sofia Vieira Martins	a)
16	Vítor Manuel Galrito dos Santos Custódio	a)



- a) Candidato (a) admitido (a) ao método de seleção obrigatório.
- b) Candidata com admissão condicionada à apresentação, até ao termo do prazo fixado para pronúncia dos interessados, do documento previsto na alínea e) do ponto 11.6 do aviso de abertura, devidamente autenticado e atualizado.

CANDIDATOS EXCLUÍDOS		
Nº	NOME	OBSERVAÇÕES
1	Ana Isabel Marques Rodrigues	c) d)
2	Sónia Cristina da Silva Pais Joaquim Ramos	c) d)

Fundamentos de exclusão:

c) Não apresenta documento autenticado e atualizado que comprove a existência de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, conforme previsto na alínea e) do ponto 11.6 do aviso de abertura.

d) Não apresenta declaração autenticada e atualizada de conteúdo funcional, conforme previsto na alínea f) do ponto 11.6 do aviso de abertura.

Lisboa, 25 de outubro de 2016.

A Presidente do júri,

(Lia Isabel Coelho Ribeiro)